

# 1 Introdução

O jornalismo vive um momento de impasse neste início do século XXI. As transformações introduzidas pela internet nos meios de comunicação no fim do século XX colocaram-se inicialmente como uma questão de mudança de suporte midiático, mas agora parecem bem mais profundas. Estão associadas a mudanças na própria forma como as pessoas buscam informação. Mais além, respondem também a transformações no próprio sistema capitalista. O aprofundamento do processo de transferência do centro do sistema do polo da produção para o polo do consumo e a consequente preponderância dos mecanismos financeiros, turbinados pela possibilidade tecnológica de troca instantânea de informação, são as evidências mais importantes.

O impasse, evidentemente, tem impactos diretos na sustentabilidade econômica dos veículos de imprensa. No relatório *The reconstruction of American journalism*, Leonard Downie, Jr. e Michael Schudson (2009) constatarem o colapso dos fundamentos econômicos dos jornais norte-americanos. Nas palavras do relatório, “menos jornalistas estão reportando menos notícias em menos páginas” (DOWNIE, JR. & SCHUDSON, 2009, p. 1). No Brasil, a constatação do colapso é menos clara, mas o sinal de alerta está aceso, segundo Lourival Sant’anna (2008), em *O destino do jornal*.

Nesse quadro, o jornalismo manterá os traços característicos que o definem? Esses traços são modernos e “sua modernidade está visceralmente ligada às mesmas exigências históricas que presidem ao fenômeno da construção do mundo por meio do discurso esclarecido” (SODRÉ, 2009, p. 11). Seguindo o raciocínio de Muniz Sodré em *A narração do fato*, a imprensa é contrapartida da emergência da burguesia. A instauração do iluminismo e do capitalismo exigiu que os enunciados passassem a colocar-se como legítimos por meio da própria razão discursiva e não mais por meio do lugar privilegiado do falante. Desde então, nas palavras de Sodré (2009, p. 11, grifos do autor), “a imprensa ocidental alimentava-se, em seus melhores momentos, de uma *ideologia da transparência pública*.”

O jornalismo de hoje é evidentemente muito diferente da imprensa do século XVIII, assim como o capitalismo global deste início do século XXI é totalmente diferente do sistema de produção da manufatura rudimentar. Também evidente é a constatação de que o processo de construção do capitalismo e do iluminismo não se deu de forma pura, com a oposição cristalina entre as novas categorias modernas e as antigas reminiscências pré-modernas – de certa maneira, é disso que nos fala Muniz Sodré na obra citada. Apesar da ressalva, inspirada por essa “ideologia da transparência pública”, a imprensa tem sido uma das ferramentas mais importantes no processo de construção das democracias ocidentais.

Esse processo de construção dá-se de forma nada homogênea, recheado de injustiças e vitórias, perdas e ganhos, aviltamentos e garantias à dignidade humana. Contudo, se as democracias modernas demonstraram-se, ao longo da história, muitas vezes incapazes de oferecer justiça e boas condições de vida à totalidade dos membros de suas sociedades, a radicalização do Estado democrático de direito ainda parece ser, neste início de século XXI, a melhor forma de garantir parâmetros mínimos de dignidade humana, desde que direitos fundamentais sejam de fato expandidos a todos.

Portanto, é possível supor que, enquanto a radicalização do Estado democrático de direito seguir como norte de uma tentativa de garantir parâmetros mínimos para o bem-estar de todas as pessoas, o jornalismo manterá seus traços característicos. Ao longo da história, a imprensa também se moldou num processo nada homogêneo. Dessa forma, também é possível supor que as características fundamentais do jornalismo não se mantêm por si, mas devem ser sempre resgatadas, lembradas, aperfeiçoadas, por meio da reflexão crítica.

No processo de transformações que a tem moldado desde a emergência burguesa, a imprensa já se viu em diversos momentos de impasse, tanto ou mais profundos que o atual. Guiado pela “ideologia da transparência pública”, em meio a essas transformações, o jornalismo constituiu-se enquanto lugar de circulação de ideias, empresa capitalista e campo profissional. Assim, tem se organizado como um conjunto de técnicas, com as quais intervém na sociedade.

A especificidade do jornalismo está, portanto, na combinação desses traços característicos – embora a constituição do jornalismo como um campo de saber ainda esteja em curso e sob discussão. O conjunto de práticas da imprensa

também mudou muito desde o século XVIII. Em geral, as técnicas jornalísticas transformam-se para adaptarem-se, na busca de sua especificidade, a diferentes contextos históricos. Não por outro motivo, as mudanças de fundo na forma como as pessoas buscam a informação, colocadas a partir da disseminação da internet, já impactam e deverão impactar ainda mais a prática jornalística.

O objetivo deste trabalho é levantar alguns pontos para uma reflexão sobre a prática jornalística. Se o jornalismo manterá ou não suas características fundamentais diante das transformações atualmente colocadas é questão por demais complexa para ser respondida aqui. Por outro lado, discutir a prática jornalística sob a lógica da imprensa como ferramenta da radicalização do Estado democrático de direito é tarefa oportuna para o atual contexto histórico brasileiro.

O Brasil vive um processo de expansão de sua democracia. Depois de duas décadas de ditadura, o sufrágio universal para a escolha dos governantes estabeleceu-se e conquistou regularidade. A estabilidade econômica foi alcançada e, somada a certa estabilidade político-partidária, coloca-se como condição para a retomada sustentada do processo de desenvolvimento socioeconômico, traduzido na maior inserção internacional do país. Por certo, ainda há um longo caminho a percorrer, muitos erros a apontar, muitas derrotas a chorar, mas o processo de construção da democracia brasileira é vivo e está aberto.

No regime da “ideologia da transparência pública”, o jornalismo está intrinsecamente ligado a esse processo de construção da democracia – para o bem e para o mal. A imprensa brasileira não pode estar aquém de seu papel. Para estar à altura de tamanha tarefa, depende da capacidade de reflexão de nós, jornalistas. Por isso, o mergulho teórico na prática jornalística proposto aqui está focado numa área específica do jornalismo, a cobertura sobre uma temática inserida na “questão social” no Brasil – mais especificamente, o foco é a prática jornalística quando a exclusão social de crianças e adolescentes está em pauta.

Entende-se aqui “questão social”, de forma bem ampla, como os temas relacionados às enormes desigualdades – de renda, de direitos, de *status* social etc. – observadas na sociedade brasileira. A questão da exclusão social da infância e da juventude surge, dessa forma, como temática de grande importância para romper com o ciclo de perpetuação dessas desigualdades. É, portanto, um dos enormes desafios a serem vencidos no processo de construção da democracia no Brasil.

Diante do preâmbulo acima, nosso mergulho teórico na prática jornalística passa ao largo do atual momento de impasse do jornalismo. Não se trata de ignorar a gravidade da situação (MEYER, 2007; SANT'ANNA, 2008; DOWNIE, JR. & SCHUDSON, 2009), sobretudo porque há fortes indícios de abalo na credibilidade da imprensa (ALTERMAN, 2008). A postura adotada aqui, porém, é outra. Em vez de tentar entender como o impasse será resolvido, nosso objetivo é escolher o rigor do método como saída.

Em outras palavras: a maioria das análises sobre o impasse atual do jornalismo sugere a aposta na qualidade dos conteúdos como solução, apesar das dificuldades de se traduzir essa aposta em garantia de sustentabilidade econômica para os veículos informativos (principalmente os impressos). Logo, a atenção às práticas jornalísticas é fundamental para oferecer conteúdos de qualidade e evitar eventuais abalos na credibilidade da imprensa. Se não coube aqui uma reflexão sobre o impacto das novas tecnologias de comunicação na técnica jornalística, não foi porque a questão é menos importante, mas sim porque a grande maioria dos pontos levantados nesta pesquisa não perde validade se aplicados a novas práticas, como a entrevista por *e-mail* ou a consulta de informações em *sites*.

Este trabalho está baseado numa análise de conteúdo comparativa, com o objetivo de inferir sobre as práticas utilizadas em sua produção<sup>1</sup>. Não se trata, portanto, de simples exercício de crítica de mídia (*media criticism*); nem da validação adesista dos métodos correntes no jornalismo brasileiro da atualidade. A análise comparativa foi feita sobre objeto empírico especificamente recortado: a cobertura da imprensa escrita entre meados da década de 1990 e fins desta primeira década do século XXI.

Assim como as opções metodológicas, as escolhas sobre o recorte do material empírico serão explicitadas mais à frente, mas antes que os leitores mais afeitos ao debate sobre o impasse atual do jornalismo fiquem ainda mais contrariados, cabem algumas explicações iniciais. Embora os jornais impressos sejam as primeiras vítimas desse impasse e – pior ainda! – não sejam sequer o principal suporte midiático utilizado pelo conjunto da população brasileira, eles

---

<sup>1</sup> Harold Laswell, em 1927, foi pioneiro na formulação da análise de conteúdo de mídia (HERSCOVITZ, 2007, p. 124). Mais adiante, ao tratarmos da metodologia, voltaremos ao uso da análise de conteúdo na pesquisa sobre jornalismo.

ainda são essenciais para moldar a cultura jornalística – e, logo, as técnicas valorizadas por ela. Ou seja, mesmo que os jornais tenham futuro incerto, eles continuarão, ao que tudo indica por algum tempo, oferecendo os parâmetros básicos da prática jornalística, com validade, pelo menos nos pontos principais, para o jornalismo praticado em todos os outros suportes midiáticos.

Dessa forma, a análise comparativa feita nesta pesquisa se dá entre, de um lado, a cobertura geral dos jornais impressos sobre os direitos da infância e da juventude e, de outro, reportagens especiais sobre a mesma temática. Dessa comparação, emerge nossa hipótese. Ela pode ser assim resumida: a cobertura geral sobre a exclusão social de crianças e adolescentes está num processo de melhoria, mas mantém-se uma importante diferença entre o material publicado cotidianamente e o material especial. Essa diferença parece ser maior do que o padrão normalmente observado entre matérias do dia a dia e reportagens especiais. Isso indica uma dificuldade na disseminação dos “métodos objetivos do jornalismo”<sup>2</sup> entre a média dos profissionais, pelo menos na cobertura sobre exclusão social.

A análise comparativa é feita à luz de alguns pressupostos teóricos. O jornalismo é aqui tido como um dos protagonistas, no âmbito dos meios de comunicação de massa, na construção social tanto da “realidade” cotidiana quanto da “verdade” sobre o mundo real. Obviamente, outros fatores concorrem para essa construção na interação social – desde a visão e a percepção sensória individuais, passando pelo relato de pessoas próximas e confiáveis, até a ficção realista. Mas, desde a instauração do iluminismo e do capitalismo, e desde a constituição da mídia como “rede que se estabelece entre os discursos heterogêneos da vida pública” e como “dispositivo emergente no cruzamento das relações de poder e de saber” (SODRÉ, 2009, p. 112), o discurso jornalístico tem sido talvez o principal procedimento de pesquisa da “verdade”. Mesmo nos casos ou momentos de contestação, serve de paradigma para os debates sobre a vida cotidiana e os acontecimentos do mundo real. Os traços característicos da imprensa estão, de forma geral, definidos e orientados para a tarefa de contar ou revelar a “verdade”.

---

<sup>2</sup> Ao tratarmos dos conceitos fundamentais que guiaram a pesquisa, definiremos a “objetividade” jornalística como método. Em linhas gerais, a objetividade pode ser relacionada à introdução de parâmetros mínimos para o trabalho de relatar os fatos do mundo real, quase sempre guiados por regras de conduta ética. Dessa forma, pode-se refletir também sobre uma dificuldade de disseminar parâmetros éticos entre os jornalistas em geral.

Assim, no primeiro capítulo, serão definidos os principais conceitos a guiar a pesquisa, à luz do processo histórico do jornalismo. Além da “construção social da realidade” e da “verdade”, já destacados, são importantes as ideias de “noticiabilidade” e “objetividade” jornalística, bem como a distinção entre “noticiário cotidiano” e “reportagem especial”. No segundo capítulo, serão pontuados alguns traços da formação social do Brasil, a partir da questão dos direitos da infância e da juventude. Em seguida, no terceiro capítulo, será exposta a análise comparativa. As considerações finais procurarão refletir sobre a hipótese aqui levantada, dessa vez reunindo os elementos expostos na análise comparativa.

Metodologicamente, nossa análise lançará mão dos monitoramentos de mídia – também baseados na análise de conteúdo – feitos pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)<sup>3</sup>. As reportagens especiais foram pinçadas das listas de vencedores do Prêmio Esso – o mais longo e importante do país. A maioria delas é de séries de reportagem, mas há também um caderno especial. Complementarmente, entrevistas em profundidade, transcritas no Apêndice, servirão de contraponto. As entrevistas com jornalistas agraciados com o Prêmio Esso poderão ainda oferecer uma visão “por dentro” da prática jornalística.

Por fim, e antes de passarmos para valer ao trabalho, cumpre evidenciar alguns pontos relativos ao interesse do pesquisador pela pesquisa. Nossa preocupação em relação à “questão social” vem de berço; foi potencializada durante trabalho de um ano na área de comunicação institucional da Associação Brasileira Terra dos Homens, organização não governamental dedicada, no Rio de Janeiro, à promoção da inserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de risco.

Nosso interesse pelo jornalismo nasce com a atuação profissional, iniciada, em contornos mais definitivos, na virada de 2003 para 2004, e mantida ininterruptamente ao longo de todo o trabalho de pesquisa. Esse interesse foi forjado na troca com excelentes profissionais e foi refinado na tentativa, muitas vezes árdua e trabalhosa, de praticar jornalismo de qualidade, em busca de ângulos diferentes, para além do óbvio.

---

<sup>3</sup> Daqui por diante, a agência será referida apenas pela sigla.

Por diversas circunstâncias, essa atuação profissional sempre esteve à margem da cobertura sobre as questões sociais. Às desqualificações mais rasas que apontarem a falta de experiência do pesquisador na cobertura das temáticas sobre as quais se debruça, fazemos um alerta: a atenção à prática deve sempre falar mais alto do que as especializações. A importância da especialização é evidente. Por outro lado, se o jornalismo especializado ganha brilho quando praticado com rigor metodológico, ao jornalismo praticado sem rigor de nada vale ser especializado.

Isso posto, nosso interesse pelo jornalismo talvez salte aos olhos na comparação com nossa preocupação pelas questões sociais. A assimetria não terá sido intencional, mas pode estar relacionada a um desejo mais genérico. Em outras palavras, reside neste trabalho uma preocupação em levantar pontos de reflexão capazes de sobressair ao recorte temático, como o germen de um debate sobre a cobertura das questões sociais em sentido amplo e sobre a prática jornalística como um todo, para além da cobertura sobre a exclusão social de crianças e adolescentes.